

Denúncias de juiz assassinado devem ser investigadas, diz ACM

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no Poder Judiciário reúne-se na terça-feira para avaliar dossiê deixado por Leopoldino Marques do Amaral, encontrado morto no início da semana no Paraguai



O prazo de conclusão dos trabalhos da CPI do Judiciário foi prorrogado até o dia 5 de outubro

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem a investigação, pela CPI do Judiciário, das denúncias de corrupção na Justiça de Mato Grosso feitas pelo juiz Leopoldino Marques do Amaral, encontrado morto no início desta semana em Concepción, no Paraguai. "Seria da maior importância a apuração, até para que um crime dessa barbaridade não ficasse impune", afirmou o senador. A CPI reúne-se na próxima terça-feira para decidir se investigará as denúncias.

Entre as acusações feitas por Leopoldino, estão a venda de sentenças por até R\$ 250 mil, a concessão de aposentadorias fraudulentas, a prática de nepotismo e o envolvimento de integrantes do tribunal com o narcotráfico no estado.

PÁGINA 3

Comissões aprovam 19 projetos nesta semana

PÁGINA 4

Franco afirma que pobreza não acaba em quatro anos

Durante debate de cinco horas realizado ontem na Comissão Mista Especial de Erradicação da Pobreza, Augusto de Franco, um dos executores do Conselho do Comunidade Solidária, afirmou que a dívida social brasileira resulta de quatro séculos de desigualdades e não pode ser resolvida em quatro anos.

PÁGINA 5

O senador Maguito Vilela, presidente da comissão especial de combate à pobreza, acompanhou a exposição feita por Augusto de Franco



SENADORES FRANCESES VISITAM O CONGRESSO NACIONAL

Quatro senadores franceses visitaram ontem o Congresso Nacional, onde trocaram informações com colegas brasileiros a respeito do funcionamento do Poder Legislativo nos dois países.

PÁGINA 8



Emilia critica fim de programa da Capes

Criado em 79, PET contribuía para a formação de novos cientistas e empresários

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) manifestou ontem estranheza diante da decisão do governo de encerrar, no fim do ano, o Programa Especial de Treinamento (PET), único programa de fomento à graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes).

Ela enviou ofício à Comissão de Educação solicitando a realização de audiência pública para discutir o assunto. E lembrou que o PET, criado em 79, formou jovens cientistas e novos empresários que levam seus conhecimentos a cerca de 1,4 milhão de estudantes, através de palestras e trabalhos científicos.

Informando que hoje o PET beneficia 3.466 bolsistas, Emilia pediu aos senadores que, "independentemente de tendências partidárias, tomem a defesa do patrimônio técnico, acadêmico e científico do país, no qual o PET se insere".

— É lamentável verificar que as autoridades tomam decisões sem ouvir as instituições de ensino e as pró-reitorias



Emilia Fernandes considerou "lamentável" a decisão do governo

que trabalham séria e honestamente em prol da educação da juventude brasileira — protestou.

Emilia Fernandes acrescentou que o PET foi elogiado pela Academia Nacional dos Estados Unidos e foi eleito o melhor programa de graduação do Brasil, através de pesquisa realizada com 144 grupos. Para ela, a extinção do programa "fere a autonomia universitária, compromete a expansão quantitativa do ensino superior e neutraliza os esforços empreendidos para a melhoria da sua qualidade".

Na presidência dos trabalhos, Eduardo Suplicy (PT-SP) informou à senadora que enviou ofício ao Ministério da Educação, em agosto, solicitando informações e manifestando posição contrária ao fim daquele programa. Romeu Tuma (PFL-SP) solidarizou-se com a oradora. Emilia pediu à Mesa que fizesse integrar a seu discurso moção da reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Wrana Panizz, contra a extinção do PET.

Maguito reivindica verbas para rodovia em Goiás

O senador Maguito Vieira (PMDB-GO) fez um apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que antecipe a liberação de verbas para recapeamento da rodovia BR-060, que liga Goiânia a Santa Rita do Araguaia (GO). "Estive com o ministro dos Transportes, Eli-seu Padilha, que prevê recursos apenas para o ano 2000", informou.

Para Maguito, é imprescindível que a recuperação do asfalto da BR-060 comece logo. "Se durante a seca a rodovia já estava em estado precário, com a chegada das chuvas a situação vai piorar. Já havia sido alertado



Recursos só estão previstos para o ano 2000, diz Maguito

da situação calamitosa da rodovia por vereadores, prefeitos e deputados e, no feriado de 7 de setembro, pude constatar o quadro pessoalmente."

O senador lembrou que a BR-060 liga algumas das cidades e regiões que mais produzem grãos no Brasil, como Acreúna, Rio Verde, Santa Helena, Mineiros e Montividiu. "Essa é uma rodovia fundamental para a economia goiana. O seu estado precário significa perda de competitividade e prejuízos aos produtores de Goiás e de algumas regiões de Mato Grosso que também precisam dela."



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 1999

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO PARA A PRÓXIMA SEMANA

PLENÁRIO

Segunda-feira (13.9.99)

14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (14.9.99)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Substitutivo da Câmara ao PLS nº 32/96, que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal; PDL nº 106/97, aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Educadora de Guajará-Mirim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Guajará-Mirim (RO); PDL nº 116/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Londrina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade Londrina (PR); PDL nº 125/99, aprova o texto da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, com vistas à adesão pelo governo brasileiro; Requerimento nº 446/99, do senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 365/99 com os de nºs 20 e 25, de 1999, que já se encontram apensados, por versarem sobre a criação da Escola Agrotécnica Federal de Bonfim (RR); Requerimento nº 447/99, do senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 363/99 com os PLS nºs 17 e 46, de 1999, que já se encontram apensados, por versarem sobre a criação de Escola Agrotécnica Federal de Normandia (RR); Requerimento nº 472, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta de todos os projetos de resolução que tenham por finalidade alterar o Regimento Interno do Senado Federal; Requerimento nº 473/99, do senador José Eduardo Dutra, solicitando a tramitação conjunta dos projetos de Resolução nºs. 4, 7, 16, 34, 36, 43, 44, 57, 59, 65, 67, 80, 81 e 85, de 1999, por versarem sobre alterações no Regimento Interno do Senado Federal; e Requerimento nº 432/99, do senador Romeu Tuma, solicitando a tramitação conjunta dos projetos de Resolução nºs 16 e 59, de 1999, por versarem sobre o arquivamento de proposições em tramitação no Senado.

Quarta-feira (15.9.99)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 63/95, estabelece a revisão obrigatória da Declaração do Imposto sobre a Renda dos detentores de cargo eletivo ou diretivo na administração pública; PDL nº 13/95, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sant'Ana de Tianguá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média da cidade de Tianguá (CE); PDL nº 121/98, aprova o ato que renova a concessão da Fundação Mater et Magistra de Londrina (Rádio Alvorada de Londrina) para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Londrina (PR); Requerimento nº 448/99, do senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 361/99 com os PLS nºs 21 e 52, de 1999, que já se encontram apensados, por versarem sobre a criação da Escola Agrotécnica Federal de Caroebe (RR); e Requerimento nº 449/99, do senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 45 e 366, de 1999, por versarem sobre a criação da Escola Agrotécnica Federal de Cantá (RR).

Quinta-feira (16.9.99)

10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 54/96, regulamenta o exercício da profissão de classificador de produtos vegetais a que se referem as Leis nºs 5.025/96 e 6.305/75; Requerimento nº 450/99, do senador José Roberto Arruda, solicitando a tramitação conjunta do PLC nº 37/99 com o PLS nº 36/99, por versarem sobre fundos e programas de apoio à cultura; e Requerimento nº 475/99, do senador Tião Viana, solicitando a retirada em caráter definitivo do PLS nº 283/99, de sua autoria, que torna obrigatória a pesquisa da hepatite B durante a assistência pré-natal e a vacinação, no prazo que menciona, das nascituras de mães portadoras do vírus da doença.

Sexta-feira (17.9.99)

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira (14.9.99)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PLS nº 338/99, que institui o Sistema de Apoio ao Seguro Rural, de acordo com o disposto nos incisos II e VI do art. 192 da Constituição Federal; PLS nº 74/99, acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 40 da Lei nº 6.345/77, que dispõe sobre as entidades de previdência privada; PR nº 89/99, que autoriza os municípios a contratarem operações de crédito destinadas à consolidação, assunção e refinanciamento de suas dívidas; Ofício "S" nº 17/99, que encaminha ao Senado Federal Parecer Dedip/Diare - 99/117, de 28.4.99 contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do estado de Roraima para contratar operação de crédito junto à Corporação Andina de Fomento, no valor de US\$ 26 milhões, equivalentes a R\$ 57,2 milhões a preços de 20.1.99, cujos recursos serão destinados à distribuição de energia elétrica; PLC nº 21/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão contarem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada; PLS nº 173/99, acrescenta o inciso V ao art. 94 da Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre política agrícola; PLS nº 433/99, acrescenta parágrafos ao art. 34 da Lei nº 9.249/95, que altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas, bem como da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; PLS nº 405/99, altera o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317/96, para permitir que os profissionais nele arrolados possam optar pelo Simples; PLS nº 251/99, que dispõe sobre incentivos fiscais para doações de refeições destinadas a distribuição a pessoas carentes; e PLS nº 184/99, que dispõe sobre isenção temporária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente na aquisição de caminhões para transporte de mercadorias e cargas, quando adquiridos por transportadores autônomos. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

17h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição dos senhores Gesner Oliveira, presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, secretário de Direito Econômico, acerca dos processos de fusão em curso na economia brasileira, com enfoque especial para o caso da Brahma & Antarctica. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

17h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para que sejam discutidos os recursos do Orçamento da União para a área social, em particular aqueles obtidos com o suporte dos bancos multilaterais de desenvolvimento através da disponibilização de financiamentos externos para alívio da pobreza. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

17h - CPI do Judiciário

Pauta: Reunião administrativa. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

Quarta-feira (15.9.99)

9h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 73/96, revoga o art. 318 da Consolidação das Leis do Trabalho; PLC nº 60/95, que institui a Gratificação de Adicional por Tempo de Serviço aos empregados em geral; Diversos nº 68/96, comunica que o Tribunal de Contas da União, ao acolher o relatório, voto e decisão contidos no Processo TC - 001.058/95-9, decidiu propor ao Congresso Nacional a alteração das Leis nºs. 6.435/77 e 8.20/90; PLS nº 191/99, que dispõe sobre a criação do Centro Nacional para Estudos, Conservação e Manejo das Plantas Medicinais Brasileiras; PLS nº 267/99, altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para dispor sobre a estabilidade do empregado portador do vírus HIV; PLS nº 258/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica, e de defeitos físicos, genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho; PLS nº 234/99, que estabelece proporção territorial nos estados para reservas ecológicas, ambientais e indígenas; PLS nº 31/99, que cria o Conselho Federal e os conselhos regionais de Leiloeiros Oficiais, dispõe sobre a regulamentação da profissão de leiloeiro público oficial; PLS nº 269/99, que estabelece normas para a destinação final de garrafas e outras embalagens; PLS nº 206/99, que institui o Programa de Complementação Alimentar às Famílias Carentes (Pró-Alimentar); PLS nº 112/99, altera a redação dos arts. 71 e 73 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, estendendo o salário-maternidade à trabalhadora autônoma; PLS nº 136/99, que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas; PLS nº 493/99, que autoriza a criação do Conselho Federal e dos conselhos regionais dos Técnicos Industriais; PLS nº 492/99, modifica o art. 3º da Lei nº 4.771/65, disciplinando a supressão parcial da cobertura vegetal para desenvolvimento da aquicultura; PLS nº 247/99, que dispõe sobre advertência nas embalagens de baterias e pilhas eletroquímicas; e PLS nº 131/99, acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036/90, para permitir a movimentação da conta vinculada do FGTS nos casos de constituição de microempresa por parte do trabalhador.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Violência no Timor Leste leva plenário a aprovar voto de censura à Indonésia

O plenário aprovou ontem requerimento de autoria do senador Tião Viana (PT-AC) para que o Senado formule um voto de censura ao governo da República da Indonésia "apontando a indignação dos brasileiros com relação aos últimos acontecimentos que tiveram lugar no Timor Leste". O senador argumentou que é "flagrante o desrespeito", por parte daquele governo, ao compromisso firmado em Nova Iorque, com o aval da Organização das Nações Unidas (ONU), entre o governo de Portugal e as autoridades indonésias para a realização de plebiscito sobre a independência do Timor Leste e a implementação pacífica de seu resultado.

Tião Viana disse que o Brasil não pode furtar-se a manifestar o seu repúdio aos responsáveis pelo desrespeito absoluto aos mais elementares direitos humanos no Timor Leste. "O simples fato de a Constituição brasileira consagrar, em seu artigo 4º, como princípios fundamentais, entre outros, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos – e não dos governos –, a defesa da paz, a solução pacífica de conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, já respaldaria esta minha solicitação, dado que todos esses princípios estão sendo acintosamente afrontados", explicou o senador.

O Senado também aprovou requere-



Tião Viana acusou a Indonésia de desrespeitar acordo para a realização do plebiscito no Timor

rimento formulado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) propondo um voto de solidariedade e apoio à mensagem encaminhada ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pela Assembléia da República Portuguesa. A mensagem conclama a comunidade internacional a assumir suas responsabilidades perante o povo do Timor Leste e pede o envio de uma força multilateral de paz o mais rápido possível para aquele país.

Suplicy lembrou que, em sua mais recente viagem a Lisboa, o presidente Fernando Henrique Cardoso prometeu o envio de uma força de paz brasileira a Timor Leste em caso de necessidade. O senador assinalou que laços históricos e de língua unem Portugal, Brasil e Timor Leste. "A língua portuguesa é a nossa pátria", afirmou.

Marina Silva quer tropas brasileiras em força de paz

Em nome do Bloco Oposição, a líder Marina Silva (PT-AC) defendeu ontem o envio, pela Organização das Nações Unidas (ONU), de uma Força de Paz com a participação de tropas brasileiras para pacificar o Timor Leste. Ela protestou contra o terrorismo que tomou conta daquele território, depois que os timorenses votaram a favor da sua independência em relação à Indonésia, na semana passada.

– A Humanidade está assistindo estupefata aos atos de vandalismo e de crueldade das milícias pró-Indonésia, que já mataram mais de mil pessoas no Timor Leste, e exige uma solidariedade concreta e não apenas a manifestação formal de apoio – assegurou a senadora.

Marina criticou a posição dos Estados Unidos em relação aos últimos acontecimentos na ex-colônia portuguesa. Para ela, a decisão americana de adotar uma posição de não interferência no conflito não deve ser interpretada como uma renúncia ao papel de "xerife do mundo".

– O que está acontecendo, na verda-

de, é uma omissão dos Estados Unidos em nome dos seus interesses geopolíticos, possivelmente por causa do petróleo da Indonésia – lamentou.

Ao pedir a solidariedade brasileira aos timorenses, Marina ressaltou que os dois países falam a mesma língua. "É em português que eles gritam dor e rezam suas orações quando estão desesperados." Ela observou que em episódios como esse as pessoas têm a oportunidade de revitalizar seu sentimento de solidariedade. Ao mesmo tempo, a senadora afirmou que a realidade brasileira tem apresentado, em pequena escala, conflitos nos quais a presença da violência lembram Kosovo e Timor Leste, sem contudo, sensibilizar o governo.

Ao mesmo tempo em que a líder do Bloco Oposição elogiou o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, por suas declarações favoráveis a uma ação mais efetiva da ONU, Marina conclamou a população a pressionar as autoridades, para que o Brasil assumira uma posição mais definida em relação à chacina que está acontecendo no Timor Leste.

ACM pede investigação das denúncias de juiz assassinado

Leopoldino Marques, encontrado morto no Paraguai, acusou desembargadores de Mato Grosso de nepotismo e venda de sentenças



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem a investigação, pela Comissão Parlamentar de Inquérito que está apurando irregularidades no Poder Judiciário, dos fatos denunciados pelo juiz Leopoldino Marques do Amaral, encontrado morto no início desta semana em Concepción, no Paraguai.

O juiz havia denunciado desembargadores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, em dossiê com mais de 400 páginas e várias fitas cassete. Entre as acusações, estão a venda de sentenças por até R\$ 250 mil, a prática de nepotismo e o envolvimento de integrantes do tribunal com o narcotráfico no estado.

– Vou conversar com alguns membros da CPI do Judiciário e, se dependesse de mim, as denúncias seriam investigadas. Mas a comissão é autônoma e pode fazer o que quiser. Seria da maior importância a apuração, até para que um crime dessa barbaridade não ficasse im-

pune, e a Justiça pudesse melhorar até na condenação de criminosos, mesmo que eles pertençam à Justiça – afirmou Antonio Carlos.

Na opinião do presidente do Senado, a CPI está mudando o procedimento do Poder Judiciário. Ele disse que os fatos estão provando que foi correta a sua iniciativa de instalar uma comissão parlamentar de inquérito para investigar denúncias de irregularidades praticadas no âmbito da Justiça. "Alguns não querem entender assim, mas hoje o Judiciário já está menos pior", opinou.

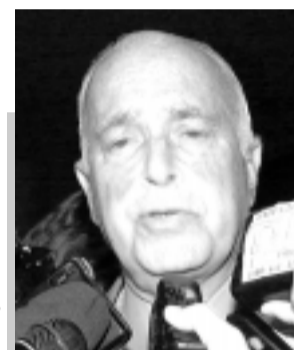
Apesar de defender que a CPI do Judiciário passe a investigar as denúncias de corrupção contra o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, feitas pelo juiz Leopoldino Marques do Amaral, Antonio Carlos Magalhães, não vê necessidade de a comissão prorrogar o seu prazo de funcionamento.

Referindo-se ao fato do juiz Leopoldino Marques ter sido assassi-

nado em virtude das denúncias, Antonio Carlos opinou que a CPI pode exigir das polícias, sobretudo da Polícia Federal, que o crime seja devidamente apurado. O cadáver do magistrado, totalmente carbonizado e com uma perfuração de tiro na cabeça, foi localizado na quarta-feira em Concepción, no Paraguai. A identificação do corpo ocorreu na manhã de ontem.

Antonio Carlos comentou que, se a CPI do Judiciário fosse investigar todos os casos de irregularidades que chegam ao Senado, levaria mais de um ano para concluir seu trabalho. Por

este motivo, ele sugeriu que fosse criada uma comissão para funcionar de forma permanente, recebendo e apurando esse tipo de denúncia. "A situação é gravíssima. Ou o Judiciário toma providências ou nós teremos a impunidade como lema e a anarquia instalada", encerrou.



Antonio Carlos afirmou que o Judiciário já está "menos pior"



A CPI do Judiciário recebeu seis mil denúncias desde abril e deverá concluir os seus trabalhos até o dia 5 de outubro

Comissão tomará decisão na terça-feira

A CPI do Judiciário decide na próxima terça-feira se vai investigar as denúncias de irregularidades no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), feitas pelo juiz Leopoldino Marques do Amaral. O magistrado foi encontrado morto no início desta semana em Concepción, no Paraguai, carbonizado e com dois tiros na cabeça. Embora ressaltando que a decisão cabe aos membros da comissão, o presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), é

favorável à inclusão do assunto nos trabalhos, dada a gravidade do episódio.

Leopoldino Marques do Amaral denunciou venda de sentenças, aposentadorias fraudulentas de parentes de desembargadores, uso inadequado de verbas, entre outras irregularidades que teriam sido praticadas no Tribunal de Justiça. As denúncias foram encaminhadas à CPI no dia 23 de julho. Nota oficial do TJMT, de 6 de agosto, refutou as acusações, acrescentando que o juiz vi-

nha tendo suas atividades apuradas pelo Ministério Público.

As acusações do juiz de Cuiabá fazem parte do conjunto de aproximadamente seis mil denúncias que chegaram ao Senado, desde a abertura da CPI, em abril. Até agora a comissão, que tem como relator o senador Paulo Souto (PFL-BA), investiga oito fatos concretos, e o seu prazo de funcionamento foi prorrogado até o dia 5 de outubro.

Comissões têm 19 projetos aprovados na semana

Chegou a 30 o total de matérias discutidas. Outro destaque foi o depoimento do secretário da Receita, que fez sugestões para evitar que as empresas usem brechas legais com o objetivo de pagar menos imposto

Quase 30 projetos foram discutidos pelos senadores nas reuniões de comissões nesta semana, quando 19 deles foram aprovados. Além de apreciarem os projetos, as comissões ouviram especialistas sobre vários assuntos. A CPI que investiga o sistema bancário, por exemplo, ouviu as sugestões do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, para

fechar as brechas legais usadas pelas empresas para reduzir o valor do Imposto de Renda (IR) pago.

Entre os projetos aprovados, encontra-se um destinado a proteger os alcoólatras da demissão por justa causa, desde que eles não compareçam embriagados ao trabalho. Os senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) decidiram fazer a alteração na lei trabalhista levando em consideração que o alcoolismo é, conforme a Organização Mundial da Saúde, uma doença.

A CAS também aprovou projeto de Luiz Estevão (PMDB-DF) que permite a duplicação da pena aplicada a um praticante de artes marciais que cometa crime aplicando, de forma desvirtuada, as técnicas da luta. Outra proposta aprovada fixa em seis horas diárias o limite da jornada de trabalho dos enfermeiros e auxiliares de enfermagem.

Os integrantes da CAS resolveram ouvir a opinião do ex-ministro da Saúde Adib Jatene e do presidente do Conselho Federal de Medicina, Valdir Paiva de Mesquita, sobre pro-



A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto que protege os empregados alcoólatras da demissão por justa causa

projeto destinado a permitir que os hospitais universitários cobrem por seus serviços médicos. O projeto, apresentado por Lúcio Alcântara (PSDB-CE), foi discutido na quarta-feira.

Já a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou proposta que permite a incidência do Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre pedágios pagos por usuários de rodovias. A alíquota máxima será de 5% sobre o valor do pedágio e o rateio do imposto beneficiará os municípios por onde passa a estrada.

A CAE aprovou ainda projeto, de Ademir Andrade (PSB-PA), que facilita a fiscalização do uso de dinheiro federal repassado aos estados. Ele prevê que qualquer liberação de verba da União terá de ser comunicada às assembleias estaduais e do DF, aos partidos políticos, às federações de trabalhadores e às entidades que representam os empresários.

Na Comissão de Educação (CE), a subcomissão que examina a política de comunicação de massa no Brasil reuniu-se para ouvir o diretor da

Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília e promoveu um intenso debate sobre a concessão de emissoras de rádio e TV no Brasil. No geral, os senadores defenderam mudanças no processo de renovação das emissoras. Em sua reunião de quarta-feira, a Comissão de Educação

aprovou a renovação de funcionamento de 15 emissoras de rádio e televisão.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) fez duas reuniões nesta semana e continuou a discussão dos projetos da reforma político-partidária. Depois de horas de debate, a CCJ deu por encerrada a discussão da proposta que aumenta o número de candidatos por partido nas eleições para deputados e vereadores (de uma vez e meia para até três vezes o número de vagas). O projeto será votado na próxima quarta-feira.

A CPI do Sistema Financeiro teve na quarta-feira uma de suas últimas reuniões para tomada de depoimento. Foi ouvido o secretário da Receita Federal, que apresentou várias propostas legislativas, destinadas a fechar brechas usadas pelas empresas para pagar menos IR. Entre as sugestões, está a criação do imposto de renda mínimo, o qual seria pago pelas empresas que viessem a ficar isentas graças ao emprego de deduções ou brechas legais.

Aparelhos de TV poderão ter bloqueio de programação

As comissões do Senado irão discutir na próxima semana cerca de 40 projetos, muitos deles prevendo alterações que poderão afetar a vida de boa parte da população. Na terça-feira, por exemplo, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) votará uma proposta que obriga as fábricas de televisão a colocarem um dispositivo que permita o bloqueio temporário da recepção de programas que os pais considerem inadequados para seus filhos.

Na quarta, às 9h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) votará um

projeto, apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), impedindo que as empresas demitam funcionários portadores do vírus da Aids, exceto por falta grave ou "circunstância de força maior", devidamente comprovada. Alcântara sustenta que os juízes já vêm determinando a reintegração dos demitidos portadores de Aids e há necessidade de uma legislação sobre o assunto.

No mesmo dia, a CAS discutirá outro projeto de grande alcance social. Poderá ser votada proposta do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) que determina que toda pessoa portadora de defeito físico, genético ou decorrente de acidente ou mutilação pós-operatória terá direito a operação gratuita nos hospitais conveniados do SUS. Gilvam apresentou o projeto assim que o Congresso aprovou a cirurgia plástica reparadora gratuita para mulheres que tiveram câncer de mama.

Outra proposta importante que a CAS examinará estende o salário-maternidade às trabalhadoras au-

tônomas. De acordo com o projeto, de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC), o benefício será pago diretamente pela Previdência Social em valor correspondente à média dos últimos 12 meses de salário-contribuição, respeitada uma carência de 12 meses.

Consta ainda da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos outro projeto de repercussão social – a concessão de incentivos fiscais às empresas que fizerem doações de refeições a entidades sem fins lucrativos, para distribuição a pessoas pobres. De acordo com a proposta, de Lúcio Alcântara, o

incentivo será de até 3% do Imposto de Renda devido.

Também na quarta-feira, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reunirá para votar projetos da reforma político-partidária. Um dos projetos aumenta o número de candidatos por partido nas eleições para deputados e vereadores. Hoje, o número de candidatos é de uma vez e meia o total de

vagas, e o objetivo é aumentá-lo para três vezes. Será uma compensação pelo fim das coligações partidárias. Serão ainda votados projetos que anistiam eleitores faltosos e antecipam do dia 1º de janeiro para 15 de dezembro a posse do presidente, dos governadores e prefeitos.

O trabalho nas comissões, no entanto, não se limitará à discussão e à votação de matérias. No fim da tarde de quarta-feira, para citar apenas um exemplo, a CAE se reunirá para ouvir o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Gesner Oliveira. Ele irá falar para os senadores sobre a fusão da Brahma com a Antarctica.



Gilvam sugere que o SUS banque cirurgias plásticas de portadores de defeitos genéticos

Plenário vota revisão do Imposto de Renda de autoridades públicas

O plenário do Senado votará na próxima quarta-feira, em turno único, projeto de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) estabelecendo que a Secretaria da Receita Federal (SRF) realizará revisão obrigatória nas declarações do Imposto de Renda (IR) dos detentores de cargos eletivos nos âmbitos federal, estadual e municipal.

O mesmo exame deverá ser feito nas declarações de dirigentes partidários, ministros e secretários de Estado, presidentes e diretores de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações da União, estados, Distrito Federal e municípios. Apresentado em 1995, a proposta recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, elaborado pelo senador Roberto Freire (PPS-PE).

Pelo projeto de Simon, a SRF deverá

fazer análise comparativa entre as declarações de IR das autoridades públicas e os sinais exteriores de riqueza que elas porventura exibam, a partir de extratos e movimentos de contas a que a Receita terá acesso. Assim, conforme a proposta, os ocupantes de cargos eletivos e diretivos deverão submeter-se à quebra automática do sigilo de suas contas em instituições financeiras e afins.

Assim que eleitas ou indicadas para cargos e funções diretivas, as autoridades públicas terão as declarações de Imposto de Renda apresentadas nos dois últimos exercícios submetidas a revisão especial por parte da SRF. Encerrados os respectivos mandatos ou os períodos administrativos, novamente serão feitas revisões, durante os dois exercícios posterior-

es. Os resultados obtidos pela Receita, acompanhados de relatório explicativo, conforme o projeto, poderão ser solicitados por deputado ou senador, mediante aprovação da respectiva Mesa.

OUTRAS MATÉRIAS

Para a mesma reunião, estão previstas as votações de dois projetos de decreto legislativo, ambos com pareceres favoráveis, para a renovação de concessões para a exploração de serviços de radiodifusão pela Rádio Santana de Tianguá (CE) e Rádio Alvorada de Londrina (PR).

No dia seguinte, o plenário irá discutir, em turno único, projeto de lei originário da Câmara dos Deputados que regulamenta o exercício da profissão de classificador de produtos vegetais.

ACM confirma que líderes vão se reunir na terça-feira

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, confirmou a reunião das lideranças partidárias na próxima terça-feira, às 10 horas, para a escolha do parlamentar que irá relatar o Plano Plurianual de Investimentos (PPA), enviado pelo governo ao Congresso.

Essa iniciativa, enfatizou na ma-

nhã de ontem Antonio Carlos, vem atender inclusive ao senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB e aspirante à indicação.

O presidente do Senado afirmou que "ninguém desautoriza o senador Jader Barbalho, mas todos, inclusive ele, têm interesse em preservar a regularidade regimental".



Augusto de Franco disse que a pobreza no Brasil é "regionalizada, infantil e mais feminina do que masculina"

Comissão questiona programas do governo para erradicar a pobreza

Senadores debatem com membro do Comunidade Solidária ações governamentais visando reduzir as diferenças sociais e a miséria existentes na maior parte do país

Durante cinco horas, a Comissão Mista Especial de Erradicação da Pobreza debateu ontem com Augusto de Franco, um dos executores do Conselho do Comunidade Solidária, as iniciativas governamentais para eliminar a miséria no Brasil. Presidente da comissão, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) disse, ao final da reunião, que quando há vontade política mudam-se índices gravíssimos. Como exemplo, citou a redução da mortalidade infantil na cidade de Goianésia (GO), que atingiu percentual comparável ao do Canadá.

Convidado por iniciativa do Bloco Oposição, Augusto de Franco começou explicando que o Comunidade Solidária consiste numa secretaria executiva e num conselho integrado pelos ministros da Casa Civil, dos ministérios da Saúde, Trabalho e Educação, além de representantes da sociedade civil, entre eles, dona Ruth Cardoso, que o preside. Integram o conselho 27 representantes da sociedade, que não recebem remuneração, visto que o Comunidade Solidária não tem orçamen-

to próprio. Ele lembrou que no último dia 2 de julho o governo decidiu criar o programa Comunidade Ativa, destinado a induzir o desenvolvimento de localidades.

Augusto de Franco expôs o quanto é complexo definir-se pobreza no Brasil. Ele disse que nossa pobreza é regionalizada, infantil e mais feminina que masculina. Também afirmou que a dívida social brasileira é resultante de quatro séculos de desigualdades, não podendo ser resolvida em quatro anos. Para ele, isso implica uma mudança profunda, visto que nosso modelo econômico é excludente e concentrador.

Também afirmou que, num universo de 170 milhões de brasileiros, apenas 30 ou 40 milhões de cidadãos têm conta bancária, numa época em que o sistema financeiro é globalizado, o que retrata o fato de que apenas 20% da população têm acesso a esse recurso da vida civilizada. E acrescentou que 40% da população — os vulneráveis — têm acesso insatisfatório aos recursos da civilização, enquanto os outros 40% do povo (os excluídos)

não têm acesso a nada.

Primeiro senador a questioná-lo, Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou sua passagem pela CUT e pelo PT para indagar se um membro do Comunidade Solidária precisa concordar com tudo o que o governo está fazendo ou se pode exprimir posição diferente da do presidente Fernando Henrique Cardoso. O senador sustentou que, se o Brasil foi capaz de construir Brasília, pode perfeitamente erradicar a pobreza em cinco anos, ao contrário do que acredita Augusto de Franco, que prega a necessidade de o país desenvolver-se e de trabalhar em conjunto com a sociedade para erradicar a miséria.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) criticou o governo por não estimular quem está no campo a permanecer cultivando a terra. Lembrou que agricultores estabelecidos há 25 ou 30 anos numa cultura são obrigados a abandonar a terra, por falta de apoio. O senador Djalma Bessa (PFL-BA) indagou sobre os cursos para a formação de pedreiros, marceneiros e eletricitistas, ministrados com a participa-

ção do Comunidade Solidária na última seca que vitimou a Bahia. Augusto de Franco prometeu mandar-lhe uma avaliação desse trabalho.

O senador Paulo Souto (PFL-BA) reconheceu que os atuais programas para a erradicação da miséria acabam privilegiando os menos necessitados. Ele se disse preocupado com a responsabilidade do Executivo e do Legislativo nessa falha.

A senadora Marina Silva (PT-AC) indagou em que terreno de políticas sociais se dará a parceria que o governo pretende fazer com a sociedade. Ela afirmou que entre o discurso e a prática há uma grande distância.

Referindo-se à submissão do Brasil ao capital internacional, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) indagou como o país vai conciliar isso com um programa social da magnitude do Comunidade Solidária. Ele também lamentou que o governo tenha colocado as verbas orçamentárias destinadas aos programas sociais no mesmo rol dos outros programas cortados em razão do ajuste econômico.

Alcântara celebra sucesso do Planfor

A execução da primeira fase do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), que abrangeu o período de 1995 a 1998, superou as metas inicialmente previstas. O anúncio foi feito em plenário pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que apresentou um balanço das atividades do programa:

— Todas as iniciativas que reforcem a busca da justiça social num país reconhecidamente tão desigual devem merecer nosso aplauso e nosso reconhecimento — afirmou o senador pelo Ceará.

Nos três primeiros anos do programa, disse Alcântara, 5,7 milhões de trabalhadores foram treinados, com um investimento total de R\$ 1 bilhão de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), repassados aos estados e outros parceiros, como organizações não-governamentais, sindicatos e universidades. Nesse período, o Planfor atingiu 10% da população economicamente ativa, o que significa, segundo o senador, metade do patamar que se pretende alcançar nos próximos anos.

Com uma atuação voltada para atender desempregados, trabalhadores do mercado informal, micro e pequenos empresários das áreas urbana e rural, além de jovens em risco social e mulheres chefes de família, o Planfor, segundo o senador, contemplou todas as regiões brasileiras.

Luiz Estevão quer criar o Pró-Alimentar

Crianças de seis meses a seis anos de idade, que ainda não estão na escola e não têm direito à merenda escolar, devem receber pão e leite de graça. Essa é a proposta defendida pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF) em entrevista à TV Senado, que vai ao ar hoje às 8h30 e às 20h30.



Luiz Estevão: "Não podemos ficar de braços cruzados"

O senador propôs a criação de um programa, o Pró-Alimentar, que também beneficiaria com cestas básicas as mulheres grávidas ou que estivessem amamentando, além das famílias que ganham menos de meio salário mínimo.

Ele lembra que o projeto já foi testado com sucesso em Goiás e no Distrito Federal. "O programa não vai acabar com a pobreza, mas não podemos ficar de braços cruzados. Nós, legisladores, não podemos ficar insensíveis ao sofrimento das pessoas carentes", afirmou o senador Luiz Estevão.

Para Suplicy, pobreza está gerando violência crescente

O governo precisa ter mais sensibilidade em relação aos problemas enfrentados pelo país, como a má distribuição de renda, afirmou ontem em plenário o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Na sua opinião, as manifestações populares em várias cidades brasileiras, no dia 7 de setembro, foram importantes, pois chamaram a atenção para a questão da pobreza:

— Será que o governo está percebendo o grau de violência crescente que está explodindo devido à pobreza

que se agrava? O governo precisa ter mais preocupação e sensibilidade com a distribuição de renda e não só com o desenvolvimento — afirmou.

Suplicy leu as principais reivindicações das entidades que organizaram o chamado "Grito dos Excluídos", no último dia 7: política econômica que combata o desemprego, políticas públicas que melhorem a saúde e a educação e propiciem a construção de moradias populares, criação de fundos para a pequena e a média empresas,

restrição às medidas provisórias, proteção ao trabalho, revisão do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), suspensão do Programa Nacional de Desestatização, redução dos juros, garantia de renda mínima à população, demarcação de terras indígenas, programa de desenvolvimento para a Amazônia e reforma do Judiciário com o objetivo de torná-lo mais independente e eficiente.

O programa que garante uma renda mínima para todos os brasileiros

que se encontram em situação de pobreza foi novamente defendido pelo senador, que é autor de um projeto nesse sentido. Suplicy lembrou que a França já adota a garantia de renda mínima há 11 anos.

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) disse que a questão da distribuição de renda está sendo debatida em todo o país e que a sociedade, os políticos e os empresários estão atentos e tentando encontrar uma solução para o problema.

Escolha de ministro provoca debate

A indicação do empresário Alcides Tápias para o cargo de ministro do Desenvolvimento gerou polêmica entre os senadores na sessão de ontem. Para Pedro Simon, o presidente Fernando Henrique se mostrou incompetente. O senador não vê sensibilidade so-

cial em Tápias. Sua posição foi apoiada por Roberto Requião. Já o líder do governo, José Roberto Arruda, acha que o novo ministro só deve ser julgado pelos seus atos, "não pelos lugares em que trabalhou". Luiz Otávio também aprovou o nome do escolhido.

Para Simon, presidente se mostra "incompetente"

O presidente Fernando Henrique Cardoso tem-se mostrado "incompetente" na escolha dos colaboradores nomeados em função de amizade. Foi o que afirmou ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS) durante discurso em que criticou a nomeação do banqueiro e empresário Alcides Tápias para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.



Simon: "Qual é a sensibilidade social de Alcides Tápias?"

Na opinião do senador, o presidente da República deveria ter escolhido para o cargo um nome de expressão e credibilidade nacional. Simon havia feito esta sugestão ao presidente da tribuna do Senado, na última sexta-feira. A opinião do senador foi levada ao presidente por amigos em comum, mas o presidente Fernando Henrique optou por nomear o ex-diretor do Bradesco e atual executivo da construtora Camargo Corrêa:

— O que o senhor Tápias entende é de pôr dinheiro a juros e construir estradas para pegar o dinheiro do governo. Qual é a sensibilidade social dele? — questionou Simon, que atribuiu papel nefasto à Federação Brasileira das As-

sociações de Bancos (Febraban) na decisão judicial que proibiu a Receita Federal de ter acesso à movimentação de contas bancárias. Tápias é ex-presidente da Febraban.

Pedro Simon considera falso o dilema entre estabilização e desenvolvimento. Essa disputa é que teria causado a queda do ex-ministro do Desenvolvimento Clóvis Carvalho. Acredita o senador que ambos os objetivos são importantes para o país, e que é preciso selecionar em que áreas o governo vai fomentar o desenvolvimento com mais vigor. Mas para que isso acontecesse, na opinião do senador, seria necessário que o presidente fosse mais ativo e atuasse como ponto de equilíbrio entre ministros de orientações naturalmente opostas:

— Fernando Henrique precisa aprender a dizer não — advertiu o senador.

No discurso, Simon citou momentos de indecisão do presidente. Um deles quando ficou inseguro sobre se deveria aceitar o convite para ministro da Fazenda no governo Itamar e acabou sendo nomeado à própria revelia.

Arruda acha prematuro julgamento de Tápias

"Qualquer pessoa tem que ser julgada pelos seus atos, sua vida, e não pelos lugares em que trabalhou." Com essa afirmação, o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), defendeu ontem o futuro ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alcides Tápias. Para o senador, o empresário indicado "é um homem austero, de reputação ilibada e com excelente trânsito no setor produtivo".

Em resposta ao discurso do senador Pedro Simon (PMDB-RS), Arruda disse ser ainda muito cedo para o futuro ministro do Desenvolvimento receber críticas. Ele acha que Alcides Tápias irá cumprir a sua missão à frente do ministério e promover aquilo que, segundo afirmou, o presidente Fernando Henrique sempre defendeu: crescimento com estabilidade.

No entender de Arruda, o governo federal quer que o país cresça e enfrente os problemas sociais "com a casa arrumada", baseado no chama-



Arruda: "Ministro é um homem austero e de reputação ilibada"

do desenvolvimento sustentável. A seu ver, faz parte do passado a existência de governos populistas que, ao contrário do atual, realizam programas sem qualquer base de sustentação, o que compromete toda a economia:

— A guerra a que se referiu o presidente da República não é contra ninguém, é a favor do Brasil — acrescentou Arruda, ao defender o programa Avançar, Brasil. Para o senador, as críticas ao nome de Alcides Tápias podem cair no vazio, a exemplo do que aconteceu com o presidente do Banco Central, Armínio Fraga:

— Na época de sua indicação, ocorreram muitas críticas. Mas hoje o desempenho de Fraga já é reconhecido — observou.

O líder do governo recomendou aos que criticam a indicação de Alcides Tápias que tenham cuidado, uma vez que o novo ministro "tem de tudo para levar a bom termo a política de desenvolvimento com crescimento sustentável".



Eduardo Siqueira Campos leu da tribuna carta enviada por Rafael Greca à revista *Veja*

Eduardo faz a defesa de Rafael Greca

O senador Eduardo Siqueira Campos (TO) garantiu ontem o apoio e a solidariedade do seu partido, o PFL, ao ministro dos Esportes e Turismo, Rafael Greca, acusado de corrupção pela revista *Veja*. Ele pediu a transcrição nos Anais da correspondência que o ministro enviou à revista, rebatendo as acusações.

Em trecho da carta lido em plenário por Eduardo Siqueira Campos, o ministro diz estranhar que "o seu linchamento moral ocorra justamente quando o ministério inicia a tomada de medidas saneadoras e de transparência para o setor de bingos. Entre elas, a centralização da fiscalização e do controle da arrecadação na Caixa Econômica Federal, a adoção do código de barras e a necessidade da aprovação do Procon do estado para a habilitação de um bingo".

Segundo o senador pelo Tocantins, Greca rebate, ponto por ponto, as acusações da revista, desde a corrupção nos bingos até a existência de uma caixa de campanha com "expedientes escusos", que seria gerida pelo engenheiro Luiz Antônio Buffara, como tesoureiro. "Ele nunca foi tesoureiro nem colaborador em qualquer uma das minhas cinco vitoriosas campanhas eleitorais", afirma Greca em sua correspondência à *Veja*.

Ao concluir, Eduardo Siqueira Campos considerou "estranho" que a acusação mais grave da revista — de que o ministério procuraria artimanhas para favorecer laboratórios que fazem as aferições das máquinas de bingo — omitisse as três unidades que seriam beneficiadas. "Quero informar que os laboratórios em questão são da Pontifícia Universidade Católica (PUC), da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade de Campinas (Unicamp). Não é possível haver suspeitas de corrupção em relação a essas universidades."

Também em pronunciamento, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse considerar verdadeiras as acusações da revista ao ministro Rafael Greca. "Fica mal para o PFL defender um ministro quando seus denunciadores são funcionários do ministério que pediram demissão e foram ao Ministério Público. As denúncias contra Greca já somam muitas, desde os tempos em que, na Assembléia Legislativa do Paraná, se apropriava de parte dos salários de funcionários de seu gabinete."

Requião apóia senador e diz que FHC foi "covarde"

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu ontem a posição do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que criticou a escolha do novo ministro do Desenvolvimento, Alcides Tápias. Requião censurou editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, que teria ridicularizado a forma de gesticular de Simon e seu uso constante do humor. O senador paranaense salientou a necessidade da



Requião chamou Tápias de "lobista" e criticou FHC

existência de políticos com dedicação integral aos problemas do país:

— É preciso que existam políticos profissionais, que aprofundem seus conhecimentos sobre a administração da nação. Ridículo seria que tivéssemos lobistas profissionais nos ministérios, e políticos amadores sem nenhuma condição de defender o interesse público no Congresso Nacional — observou.

Depois de qualificar Tápias como "lobista", Requião criticou a nomeação. "Foi um ato de covardia do presidente da República porque corajoso seria inverter o processo de entrega e desistir desse mito da globalização que nos leva ao desespero e ao desemprego", comentou. Ele lembrou que o Bradesco teria facilitado irregularidades com os precatórios, investigadas pelo Senado em 1996. "O *Estadão* e seu editorial calaram quando eu denunciei o Bradesco", criticou.

O senador pelo Paraná afirmou que "o presidente Fernando Henrique Cardoso, ao escolher entre os interesses do Brasil e os dos *lobbies* internacionais, esqueceu o país e ficou com os bancos, que, nesse primeiro semestre, lucraram bilhões e bilhões sem produzir um só parafuso ou prego".

Otávio rejeita críticas e aprova nome escolhido

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) questionou afirmação feita ontem pelo senador Pedro Simon, que disse ter recusado convite do presidente Fernando Henrique Cardoso para o cargo de líder do governo no Senado, feito no início do primeiro mandato, por discordar das alianças políticas. Luiz Otávio quis saber de qual aliança Simon discordava. "Seria a aliança com o PFL de Jorge Bornhausen, com o PMDB de Jader Barbalho ou o pequeno PPB que ora segue a orientação do ex-ministro Delfim Neto?"

Para o senador paraense, a guerra a que se referiu o presidente da República é apenas política, no âmbito do debate e em torno da aprovação das reformas propostas ao Congresso Nacional. Luiz



Luiz Otávio: "Quem sabe não estamos escolhendo outro FHC?"

Otávio também defendeu a indicação de Alcides Tápias para o cargo de ministro do Desenvolvimento. "Quem sabe não estamos escolhendo um novo Fernando Henrique", observou.

O senador também respondeu, em nome do ex-senador Jarbas Passarinho, afirmação do senador Ademir Andrade (PSB-PA) de que, à época do regime militar, Passarinho foi o responsável pelo fechamento da ferrovia que ligava a cidade de Bragança à capital do estado, Belém. Luiz Otávio disse que as informações obtidas por Ademir devem ter sido distorcidas e explicou que a ferrovia foi substituída por uma rodovia, pois era antiga, tinha bitola estreita e baixa velocidade.

Senadores querem mudar renovação de outorgas

Integrantes da Subcomissão de Rádio e TV consideram quase automática concessão de novo período de funcionamento às emissoras

Os senadores da Subcomissão de Rádio e TV defenderam ontem mudanças no processo de renovação de outorgas para emissoras de rádio e TV. Apesar de o Congresso Nacional ter de aprovar os atos do Executivo, para o vice-presidente da subcomissão, senador Artur da Távola (sem partido-RJ), na prática, os parlamentares não têm meios de intervir no processo.

— Pela Constituição, a não renovação de outorgas jamais acontecerá. Essa foi uma vitória dos *lobbies* durante a Constituinte, que invalida qualquer ação do Congresso — afirmou o senador, durante palestra do diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, professor Murilo César Ramos, à subcomissão.

O palestrante classificou como absurdo o dispositivo constitucional que impõe dificuldades para a ação do Legislativo, permitindo a preservação do *status quo*. A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), que presidiu parte da reunião da subcomissão, também defendeu um novo processo para renovação de concessões e permissões para emissoras de rádio e TV.

Para o presidente da subcomissão, senador Pedro Simon (PMDB-RS), o processo de votação dos projetos de decreto legislativo que aprovam os atos de concessão é “humilhante”, apesar do ritual, que prevê votação nominal. Távola destacou ainda que

não há qualquer controle sobre a venda de emissoras, mesmo durante a vigência de uma concessão, o que, na sua visão, não deveria acontecer.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO
A instalação do Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição, também foi alvo dos debates dos senadores. Para Távola, que foi relator do Capítulo de Comunicação na Assembléia Nacional Constituinte, o conselho foi fruto de uma visão ingênua dos constituintes e, apesar de ter sido o ponto central da disputa entre as forças progressistas e os *lobbies* das empresas do setor, mais importante teria sido garantir a democratização da outorga de canais de rádio e TV.

Simon entende que fica difícil imaginar como o conselho pode vir a ser instituído como foi concebido. Assim, continuou, a subcomissão que preside tem uma atribuição fundamental na discussão do papel dos meios de comunicação no Brasil. Também participaram da reunião os senadores Geraldo Cândido (PT-RJ) e Djalma Bessa (PFL-BA).



Os senadores Pedro Simon e Artur da Távola assistiram à palestra do professor Murilo César Ramos

Professor defende agência reguladora

A comunicação social no Brasil deveria ter um modelo institucional mais bem definido, que incluísse uma agência reguladora para o setor. Essa foi a opinião expressa ontem pelo diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, professor Murilo César Ramos, durante audiência na Subcomissão de Rádio e TV.

O professor identificou como um erro grave a separação entre telecomunicação e radiodifusão, processada na discussão sobre a quebra do monopólio da Telebrás, em 1995. Para Murilo Ramos, essa divisão criou um sistema “esquizofrênico, que torna difícil a regulamentação racional do sistema audiovisual brasileiro”.

Nesse sentido, o diretor da faculdade duvida que a abertura das empresas de rádio, televisão e jornalísticas ao capital estrangeiro, que está sendo analisada em comissão especial na Câmara dos Deputados, vá surtir efeito. Na sua opinião, recursos externos não serão investidos no país caso não haja a segurança dada por um órgão regulador, como ocorreu no caso da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Da maneira como estão sendo feitas, continuou Murilo Ramos, as mudanças no setor beneficiam a manutenção do *status quo*, “principalmente das Organizações Globo”, num setor que tem resistido historicamente a qualquer normatização ou regulamentação.

— Sem ter claro o modelo que queremos, sem um órgão regulador permeável aos interesses da sociedade, corremos o risco de agravar o quadro de desregulamentação que favorece as estruturas hegemônicas e a falta de democracia no rádio e na TV no Brasil — afirmou Murilo Ramos.

Tuma cobra novo modelo de segurança pública

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) cobrou do governo a criação de um novo modelo de segurança pública, como forma de combater com rigor a criminalidade, colocando um ponto final na onda de violência que assola especialmente os grandes centros urbanos. Esse novo sistema, segundo ele, passa pelas reformas dos setores prisional e penal, qualificação profissional e melhoria dos salários dos policiais.

Tuma disse estar estarecido com



Romeu Tuma disse estar estarecido com crimes praticados no país

os crimes que vêm ocorrendo no país, muitos dos quais hediondos, deixando a sociedade perplexa. Ele defendeu o cumprimento das leis e o combate à impunidade para que o quadro atual seja revertido.

O parlamentar aplaudiu o programa desenvolvido pela Secretaria de Segurança de São Paulo que elegeu como prioridade o combate ao *crack*, destacando-o como mais um tentativo de debelar o uso e o tráfico da droga, que, segundo estatísticas, crescem assustadoramente.



Marina Silva recebeu o poeta amazonense Thiago de Mello em seu gabinete

Thiago de Mello convida Marina Silva para debater Amazônia

Muita emoção e expressões de admiração mútua marcaram o encontro de Marina Silva (PT-AC) com o poeta Thiago de Mello, na manhã de ontem, no gabinete da senadora. O poeta foi convidado Marina Silva para participar, como debatedora, da “Conferência Internacional Amazônia no Terceiro Milênio — Atitudes Desejáveis”, a realizar-se em outubro, em Manaus (AM), numa promoção da organização não-governamental Associação Brasil Sako Gakkai Internacional (SGI).

Marina disse a Thiago de Mello que

terá o maior prazer em participar da conferência, uma vez que os problemas da Amazônia são prioridade em sua atuação política. Ambos discutiram a necessidade de os brasileiros terem consciência da importância da vida na floresta e conhecerem a riqueza não só mineral, mas genética e biológica da região. A senadora, em seguida, entregou ao poeta cópias dos projetos em tramitação no Congresso Nacional que tratam da Amazônia e regulamentam o acesso a seus recursos genéticos e biológicos.

Senado apresenta roteiro de arte na Península Norte

Inaugurada no espaço Senado Galeria, ficará aberta até o dia 17 a exposição “Quatro Estações: Um Roteiro de Arte na Península Norte”, com obras dos ateliês Vera Bosi, Cecy Sato, Virgínia Arruda e Estúdio Capital Cultural, do Lago Norte, em Brasília. A mostra, que é uma promoção da Secretaria de Turismo do DF, tem trabalhos em pintura em seda, arte em madeira,

cerâmica e antiguidades. O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, destacou que o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, tem determinado à administra-

Vera Bosi e Lourival Zagonel cortam a fita da inauguração



ção que fomenta a participação do Senado na cultura de Brasília e do Brasil. O secretário de Turismo do DF, Lourival Zagonel, disse que a mostra tem como objetivo divulgar o aspecto humano e cultural de Brasília.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — Alongamento
7h30 — *Especial Unip* — Impotência sexual (primeira parte)
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h25 — *Senado em Pauta*
8h30 — *Entrevista* — O senador Luiz Estevão fala sobre projeto de distribuição de pão e leite para crianças carentes
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — Sessão Plenária (ao vivo)
13h30 — *Consulta Marcada* — O psiquiatra Antônio Geraldo da Silva aborda o tema estresse
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
19h30 — *Especial* — Símbolos nacionais
20h — *Cores do Brasil* — Pernambuco
20h30 — *Entrevista* — O senador Luiz Estevão fala sobre projeto de distribuição de pão e leite para crianças carentes

21h — *Jornal do Senado*
21h25 — *Senado em Pauta*
21h30 — *Consulta Marcada* — O psiquiatra Antônio Geraldo da Silva aborda o tema estresse
22h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
9h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação

Antonio Carlos saúda senadores franceses

Ao receber comitiva parlamentar que esteve ontem no Congresso, presidente do Senado ressalta a influência da França na formação cultural e política do Brasil e a necessidade de estreitar os laços entre os dois países

Ao saudar quatro senadores franceses que visitaram ontem o Congresso, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que o Brasil sempre esteve ligado à França, tanto na área cultural como na política, e fez votos para que os dois países tenham laços permanentes de união. Os senadores Jaques Oudin, Joël Bourdin, Luc Dejoie e Marc Massion ouviram as saudações no plenário.

— É uma honra para o Senado receber a delegação dos senadores franceses. Saudá-los é um privilégio. A base de nossa cultura, sobretudo a literária, foi buscada na França. Também os problemas políticos da França sem-

pre foram vividos pelos brasileiros, sobretudo durante a Segunda Guerra, quando a França estava combatendo o nazi-fascismo — disse o presidente do Senado.

Antonio Carlos disse que a identificação entre os dois países deve ser intensificada e que o Brasil precisa estar ligado também com o resto do mundo. Ele saudou os senadores em nome do povo brasileiro e dos estados, representados pelo Senado.

— Quero demonstrar nossa admiração pelo seu povo para nos unirmos cada vez mais e, assim, termos um mundo melhor e mais justiça social — declarou.



Antonio Carlos Magalhães disse à delegação parlamentar que a união entre a França e o Brasil pode contribuir para se alcançar "um mundo melhor e mais justiça social"



Na opinião de Eduardo Suplicy, o programa de renda mínima francês é um exemplo para o Brasil

Suplicy é homenageado por Legislativo da França

A Medalha de Prata do Senado Francês foi oferecida pela comissão de senadores daquele país ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Na condição de membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o senador foi convidado a participar do encontro dos países que utilizam o sistema legislativo bicameral, programado para ocorrer em abril do próximo ano em Paris. Em visita ao Legislativo brasileiro, os senadores franceses estiveram ontem no gabinete de Suplicy.

O senador paulista agradeceu a homenagem e divulgou, entre os parlamentares franceses, sua proposta de garantia de renda mínima para os brasileiros. Primeiro orador inscrito na

sessão de ontem, o parlamentar convidou os colegas franceses a deixarem seu gabinete e irem até o plenário ouvir seu discurso. Da tribuna, o senador lembrou que o Programa de Garantia de Renda Mínima da França, chamado *Revenue Minimum D'Insertion*, funciona com bom êxito há mais de uma década. Ele conclamou os parlamentares franceses a apoiarem sua adoção no Brasil.

É a primeira vez que um grupo de senadores franceses vem ao Brasil. Eles foram homenageados em plenário por Suplicy, pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) e também pelo presidente do Senado Federal, senador Antonio Carlos Magalhães.

Simon destaca resistência contra predomínio dos EUA

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) citou a França como exemplo de nação que pode se constituir como obstáculo a um mundo dominado totalmente pelos Estados Unidos. Segundo o senador, os franceses notabilizaram-se por suas lutas libertárias e, atualmente, têm tentado impor barreiras ao predomínio norte-americano por meio de leis que garantem cotas à exibição de filmes franceses e restrições ao uso do inglês em nomes de estabelecimentos comerciais.

— Se isto está acontecendo na França, deveríamos ficar alertas no Brasil — advertiu o senador, que vê o nosso país seguindo a orientação econômica, política e cultural dos Estados Unidos.

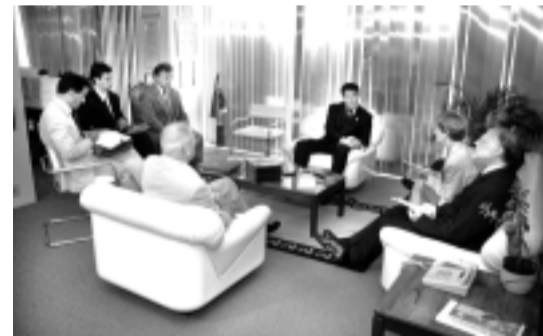
Simon criticou o governo norte-americano por intervir nos Bálcãs e se omitir no caso dos conflitos no Timor Leste, apenas em função de interesses próprios. Ele acha que os americanos estão se tornando uma espécie de Império Romano, mas com características muito mais graves, em função da facilidade de manipulação decorrente da tecnologia e das comunicações.

Parlamentares procuram conhecer detalhes sobre o funcionamento da Casa

Com o objetivo de estudar a organização financeira das assembleias brasileiras e coletar informações sobre a remuneração e modalidades de financiamento da vida política, um grupo de quatro senadores franceses visitou na manhã de ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia.

As informações coletadas pelos senadores franceses servirão de subsídio a um encontro a ser realizado em Paris, em abril do ano que vem, do qual deverão participar representantes de todos os países com Legislativo bicameral, ou seja, que possuem Câmara e Senado. O chefe da delegação, Jacques Oudin, disse que "não há democracia sem a existência de duas câmaras" no Congresso. Segundo ele, a comissão francesa veio trocar idéias com os senadores "para reforçar nossas democracias", uma vez que "o Senado apresenta em todos os países problemas e dificuldades idênticos".

Acompanhados do diretor do Serviço de Orçamento, Contabilidade e Previdência Social do Senado francês, Patrick Baudry, os quatro senadores — além de Oudin, vieram ao Brasil Joël Bourdin, Marc Massion e Luc Dejoie —



A comitiva anunciou a intenção de implantar na França estrutura de comunicação semelhante à do Brasil

fizeram várias perguntas ao diretor-geral sobre orçamento. Eles também ficaram impressionados com a estrutura de comunicação existente no Senado brasileiro, algo que somente agora pensam em implantar.

Agaciel explicou que o fortalecimento das atividades de comunicação social tem como objetivo dar maior transparência às atividades desenvolvidas pelos parlamentares, acrescentando que a TV Senado, ao transmitir ao vivo para quase todo o Brasil a maior parte dos trabalhos da Casa, tem ajudado a acabar com o mito de que não se trabalha no Senado.

Os senadores franceses manifestaram especial interesse quanto à remuneração, às vantagens e ao regime de apo-

sentadoria de seus colegas brasileiros. Ficaram impressionados ao saber que o Senado não representa mais do que 0,17% do Orçamento da União.

O diretor-geral informou que há 2,2 mil funcionários no Senado Federal, cujo orçamento monta a R\$ 867 milhões. Os franceses disseram que o Senado francês tem a metade do orçamento e também a metade dos funcionários de seu congêneres brasileiro, embora nele trabalhem 321 senadores, quase quatro vezes mais que no Brasil. Agaciel afirmou que a tendência do Senado brasileiro é de "enxugamento".

— Em 15 a 20 anos, chegaremos a algo parecido com o que eles têm — disse Agaciel Maia.

Geraldo Melo explica reformas constitucionais

O primeiro vice-presidente do Senado, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), também recebeu a delegação chefiada pelo senador Jacques Oudin.

Os parlamentares trocaram informações sobre o funcionamento do Senado nos dois países. No encontro, Melo informou também aos parlamentares franceses sobre o sistema informatizado Interlegis, que vai integrar — já



Melo também relatou à delegação francesa como funcionará o sistema Interlegis

a partir da próxima semana — os poderes legislativos federal, estadu-

ais e municipais com informações legislativas.

O primeiro vice-presidente fez ainda uma exposição sobre as reformas constitucionais que o país está empreendendo. Em nome da delegação, o senador Jacques Oudin, desejou êxito aos parlamentares brasileiros nas reformas constitucionais e agradeceu as informações recebidas de Geraldo Melo.

A comitiva de senadores franceses também visitou o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva.